



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/01/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
1.2. PARCERIAS.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	3
2.2. JULGAMENTOS.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	5 - 8
3.2. INSTITUCIONAL.....	9 - 12
3.3. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	13
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CÂMARA CÍVEL.....	14
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. EDITAL.....	15
5.2. INSTITUCIONAL.....	16
5.3. JULGAMENTOS.....	17 - 19

TJ/MA

Tempo reduzido de tramitação de processos

As alterações realizadas no Sistema Themis SG, que alimenta os processos de Segundo Grau, efetivou mais uma mudança importante para garantir a celeridade processual. Desde a última sexta-feira (13) o acompanhamento processual passou a ser feito com a emissão de relatório, evitando, assim, que o servidor seja obrigado a consultar um processo de cada vez para adquirir informações referentes aos processos que estão em poder dos advogados e com os prazos já vencidos.

A medida inclui-se entre as mudanças implementadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que tornarão mais ágeis e produtivas as rotinas de trabalho, a partir das melhorias implementadas no Sistema Themis SG, que alimenta os processos da Justiça de 2º Grau.

Além acompanhamento processual com a emissão de relatório, já está em funcionamento também a emissão automática do ofício e da certidão do trânsito em julgado dos processos que serão encaminhados do TJMA aos locais de origem. Ganhou-se em agilidade com as adequações no sistema, pois o encaminhamento de 20 processos para o juiz de origem que acontecia em torno de 10 dias, por exemplo, agora pode ocorrer em torno de uma hora.

TJ/MA II

Previsto a implantação do cadastro automático

Para o fim do mês de janeiro, está previsto a implantação do cadastro automático das informações de 1º Grau para o 2º Grau, com o uso das informações já existentes no sistema, sem a necessidade de o servidor cadastrar dados já existentes.

A qualidade no atendimento aos públicos interno e externo é outra prioridade do presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior. Para isso, os servidores serão capacitados para uma melhor relação interpessoal com os advogados e as partes. A padronização nos documentos oficiais emitidos pela Diretoria Judiciária é outra meta para 2012.

As mudanças foram bem recebidas pelos profissionais de advocacia. Para o advogado Charles Dias, presidente da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos da regional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) toda e qualquer medida que visa melhorar a marcha processual e distribuir justiça com equidade tem que ser festejada e apoiada por todos aqueles que compõem o tripé da justiça em todas as suas instâncias e, ainda pelos cidadãos, principais destinatários das ações do Poder Judiciário.

Sejap e parceiros oferecem curso para egressos do sistema prisional

Uma parceria entre a Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) vai oferecer, a partir de terça-feira (24), um curso de montagem e manutenção de motocicletas para 40 egressos do sistema prisional.

A cerimônia que dá início as atividades ocorre, nesta terça-feira (24), às 14h30, no Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão (Cepromar), localizado à Rua Ipixuna, nº 100, Parque Pindorama. Estarão presentes representantes do Senai, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Sejap e imprensa.

A capacitação profissional tem carga horária de 160 horas e é dividida entre aulas práticas e teóricas. O curso terá dois turnos com 20 alunos no matutino e 20

alunos no vespertino. Com esta capacitação a Sejap e parceiros intensificam as ações voltadas para a ressocialização de Apenados no Maranhão.

Outras ações - Em recente viagem de trabalho a Brasília (DF), o secretário-adjunto de Justiça e Reintegração Social, Ribamar Cardoso Lima, esteve no Ministério da Ciência e Tecnologia tratando de viabilizar uma parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, para inclusão digital dentro das Unidades Prisionais do Estado.

Ribamar Cardoso conseguiu, também, junto ao MEC, a formação de bibliotecas nas Unidades prisionais visando levar o conhecimento aos internos.

Em uma segunda etapa, os servidores do Sistema Penitenciário também serão contemplados. Eles poderão fazer cursos a distância, com algumas aulas presenciais.

Especial - Hoje Domingo, chuva e sol
levo este Tributo a uma nitida autoridade do
Poder Judiciário - Desa. NELMA CELESTE
SOUSA SILVA SARNEY COSTA

Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa nasceu em São Luis, onde concluiu seus estudos, do básico ao superior, optando pelo Curso de Direito, na Universidade Federal do Maranhão, com especialização em Metodologia do Ensino do Direito e Pós-Graduação em Direito. Foi advogada da Companhia Energética do Maranhão e conselheira da Diretoria da OAB - Seccional do Maranhão em dois mandatos. Ingressou na magistratura em 1986, ocupando sucessivamente as Comarcas de Alcântara, Ribamar e Itapecuru-Mirim.

Na capital, exerceu as funções de juíza auxiliar da 1ª Vara Criminal, juíza substituta da 2ª Vara da Família e da 7ª Vara Cível, juíza titular da 3ª Vara da Família e diretora do Fórum Desembargador Sarney Costa no biênio 1994/1995.

Até ser eleita desembargadora, em 2001, exercia os cargos de juíza auditora de a Justiça Militar do Estado do Maranhão, juíza eleitoral da 76ª Zona, membro da Comissão de Reforma do Código Penal Militar, presidente e vice-presidente da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (AMAJME) e professora assistente de Ensino do Departamento de Direito, Economia e Contabilidade da Universidade Estadual do Maranhão.

Nelma Sarney é a sexta mulher a compor o Tribunal de Justiça.

Justiça vai chamar deputado do PDT

➤ Não parece ser tranqüila a situação do deputado interino Weverton Rocha (PDT), que está brigando pelo comando do PDT no Maranhão, juntamente com seu mais novo aliado, o ex-deputado federal Julião Amin. Dentro de poucos dias, deverá ser chamado para responder aos processos que responde, por improbidade administrativa quando foi secretário de Esporte e Juventude. Também há informações de que estão querendo desengavetar sua história como presidente da UMES, marcada por escândalos de toda natureza. Mesmo assim, ele quer herdar o espólio político do falecido ex-governador Jackson Lago.

Juízes devem ser demitidos, afirma secretário

Secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, diz que a atualização da Lei da Magistratura é vista com bons olhos

BRASÍLIA - A atualização da Lei Orgânica da Magistratura - que trata de temas relativos aos juízes brasileiros, como férias e punições administrativas - é vista com bons olhos pelo Executivo. De acordo com o novo secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, que tomou posse na semana passada, a lei está em desacordo com o perfil esperado da magistratura brasileira depois da Constituição de 1988.

"É preciso atualizar a Loman [sigla para Lei Orgânica da Magistratura], que está defasada. A aposentadoria com vencimentos proporcionais, por exemplo, não é uma punição, é um direito", afirmou. Caetano comparou a situação à dos servidores públicos, que são demitidos quando fica comprovado que houve desvio funcional.

A previsão de demissão do juiz por meio de processo administrativo esbarra na garantia da vitaliciedade prevista na Constituição. Por esse motivo, a máxima punição a juízes por meio de órgãos de controle interno é a aposentadoria com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Tramitam no Congresso duas propostas de emenda à Constituição para colocar fim à vitaliciedade em

caso de graves desvios cometidos por juízes.

"O processo em relação ao juiz deveria tramitar na corregedoria, e depois só ser homologado, como acontece com a Comissão de Ética na cassação de mandato. A regra da vitaliciedade para juízes deve ser mantida, mas ela deve existir para o bom juiz. Um juiz que pratica desvios e não cumpre suas obrigações nem pode ser considerado um juiz", argumentou Caetano.

Corte - Em relação às demandas da magistratura, o secretário disse ainda que não há expectativa de aumento em 2012. No ano passado, a proposta de revisão de vencimentos prevista pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi cortada pelo Executivo, que alegou a necessidade de contenção de gastos no cenário de crise econômica internacional.

"É natural que as pessoas queiram receber mais, mas este ano não há qualquer previsão. Passamos por uma crise, em que é preciso tomar as rédeas da situação e apertar o cinto, fazer mais com menos, definir o que é prioritário. E esse tem que ser um esforço conjunto".



Agência Brasil

Caetano diz que a Lei Orgânica da Magistratura está defasada

Mentalidade autoritária

AURELIANO NETO

O nosso país tem uma história entremeada de momentos autoritários, em que o exercício pleno da cidadania sofreu brutais restrições. Estado Novo, de Getúlio Vargas, foi um desses. E mais recentemente o golpe de 1964, que contou com o apoio de vastíssimo segmento social, incluindo a grande mídia, estendendo-se até a eleição presidencial de Tancredo Neves, realizada pelo colégio eleitoral, de forma indireta. Ainda que, vindo a falecer antes da posse, coube ao seu vice, José Sarney, governar e instituir uma assembleia constituinte, que, sedimentada em amplo debate, fez brotar a Constituição Cidadã de 1988. Em vista dessa farta história de autoritarismo, caracterizada pela luta do cidadão contra o Estado arbitrário, estamos no aprendizado da democracia, não tendo deixado de lado a mentalidade autoritária, apanágio de nossas elites.

Em leitura recente que fiz e não tive o cuidado de anotar o nome do seu autor, retirei essa reflexão: "Foi-se a ditadura, mas permanece, de vários modos, a mentalidade enraizada do autoritarismo." O ódio ao outro é disseminado com certa facilidade. Há um apego doentio a um discurso moralista, que, de moralista, tem muito pouco. Algumas instituições falam da casa dos outros, sem limpar a sujeira da sala de espera da sua casa. É preciso que se reflita, antes que se aceitem os termos desse discurso. A questão é: o que está por detrás disso? Em adendo a essa passagem, recorro ao que escreveu o filósofo Paulo Ghiraldelli Jr. (Folha de São Paulo, 11/01/2011, p. A-3, In: *Frustração e ódio à de-*

mocracia): "Nesse tipo de onda, as pessoas começam a querer punições sem investigações apuradas, alimentando uma postura autoritária." É o que está ocorrendo. Um mero e bem elaborado fuxico midiático vira denúncia e consegue fazer ministros se afastarem dos seus cargos. As futricas políticas têm foro de verdade. Depois, o esquecimento e, feita a apuração, nada fica provado. E o dito fica pelo não dito. Mas o objetivo pretendido foi alcançado.

Dia desses, fato recentíssimo, amplamente divulgado pelos jornais e televisão, houve um acidente de veículos em São Paulo, num cruzamento entre avenidas. Resultou na morte da mulher de um dos condutores e do filho recém-nascido. De logo, sem que se aguardasse o desfecho da investigação, concluíram que a culpa era de um dos motoristas, porquanto se encontrava sob o efeito de bebida alcoólica, tendo sido encontradas garrafas ou latas de cervejas no interior do seu carro. Foi imediatamente preso. Posteriormente, no curso do inquérito, feita a perícia técnica, no local, ficou constatado que o condutor do veículo que teve as vítimas fatais - mulher e recém-nascido - avançou o sinal vermelho, sendo esta a causa determinante do grave acidente. Isso é um fato demonstrativo de que a mentalidade autoritária midiática e das pessoas não almeja mais a isenção julgamento; quer apenas punição. Uma reles suspeita reclama, de imediato, uma sentença condenatória. Invertem-se as garantias constitucionais: o suposto denunciado é quem tem que provar a sua inocência, e não aquele que acusa.

Em outro caso, também recente, e que teve desfecho por decisão judicial, o Tribunal Regional Federal (TRF), 1ª Região, manteve a senten-

ça que absolveu o reitor da UnB, Timothy Martin, que fora amplamente acusado, com divulgação ostensiva na mídia, de desvio de verbas, que deveriam ser usadas em financiamento de pesquisas. Lembro que, à época, não se deu tréguas, nem a mínima possibilidade de defesa ao reitor Timothy Martin. Pelo que fora divulgado, tratava-se de um agente público desonesto, que usou o dinheiro do erário em proveito próprio. As provas, apurada pelo devido processo legal, a mais civilizada forma de julgamento que humanidade alcançou, disseram que não, culminando na sentença absolutória. O pior: a absolvição não teve a mesma amplitude publicitária que as graves e insubsistentes acusações, que foram maciçamente propagadas.

Em conclusão, faço outra citação, uma espécie de axioma: "Não há injustiça maior do que a pessoa ser injustamente julgada." Por isso mesmo, a função de quem julga não se restringe ao mero aplicar da lei. É, na essência, concretizar a justiça, adequando, através do processo hermenêutico, o que está escrito na norma, para que seja dada uma justa solução ao conflito. Em substancioso texto do advogado Nélio Machado (Folha de São Paulo, 12/01/2012, p. A-3, In: "*O direito de se defender*"), consta esta soberba lição: "As luzes midiáticas que refletem os prejulgamentos, normalmente equivocados, os direitos são desprezados e a injustiça concretizada." A todos nós é conferido o dever de refletir sobre os fatos, despedido de preconceitos, a fim de evitar os injustos prejulgamentos.

.....
Juiz de Direito

E-mail: aureliano_netto@zipmail.com.br

O estudante, o padre e o banheiro

MARCELINO CHAVES EVERTON

O livro "Crônicas de um Arariense", de autoria deste articulista/cronista, depois de ser lançado em São Luís, no Salão Nobre do majestoso prédio do Tribunal de Justiça, sob a mira dos imponentes Palácios do Governo e da Prefeitura e da Catedral Metropolitana, foi também lançado em Arari, no Colégio Arariense, em dezembro último, em noite de autógrafos, com uma agradável e aconchegante solenidade, recheada de emoções e saudosismo, organizada com esmero pela diretoria do citado estabelecimento de ensino.

A propósito, o Tribunal do Maranhão, o 3º mais antigo do Brasil, instalado em 1813, com a denominação de Tribunal da Relação, por uma agradável coincidência, antes de ganhar sua sede própria, em 1948, chegou a ser instalado no prédio que posteriormente funcionou a Secretaria de Segurança (Chefatura da Polícia), à rua da Palma, a cujo órgão integrei, ao ingressar no serviço público, em 1970, onde exerci os cargos de escrivão e delegado de Polícia.

Gratificante e memorável, até pelo lado sentimental, também foi o lançamento em Arari, exatamente no Colégio Arariense, resultado da fusão dos Institutos Bom Jardim dos Afritos e Nossa Senhora das Graças, Ginásio Arariense, Escola Normal de Arari e Jardim de Infância Menino Jesus, antes chamados de Colégios da Paróquia. Afinal, foi lá onde estudei o primário e o ginásio, e referido estabelecimento escolar sempre figura nos meus escritos, e o agradável evento ocorreu no pátio do colégio, espaço que, no meu tempo de estudante, era chamado de recreio.

E era lá que os alunos, sempre que o momento exigia, a critério do diretor padre Brandt, e com o fardamento completo, e chamados mediante as badaladas do sino do colégio, pendurado no corredor frontal à sala da diretoria, ficavam perfilados e enfileirados, em ordem unida, como em uma corporação militar, e ouviam as preleções do padre/diretor, com recomendações variadas quanto às normas disciplinares e até advertência ou repreensão pública do aluno que tivesse cometido alguma indisciplina, a seu talante.

Aliás, e isto consta de uma crônica inserida no livro, foi nesse pátio, com os alunos perfilados, que o padre/diretor tentou prender publicamente este cronista, enquanto aluno, ao ser informado que, em determinado

dia, não usava o casquete na cabeça, um componente da farda escolar e uma exigência da diretoria, mesmo no trajeto até o colégio.

Mas, apesar da ruidosa preleção, esta se tornou de balde, pois escapei da reprimenda, ao justificar que tirei o casquete da cabeça em sinal de respeito à eucaristia, ao passar em frente à igreja, com o sacário sobre o altar, com a âmbula e o cálice, reservatórios da hóstia e do vinho consagrados, simbolizadores do corpo e sangue de Cristo. Afinal, era o próprio pároco/diretor que sempre pregava esse comportamento respeitoso, adiantando que certos católicos fervorosos, chegavam até a fazer a genuflexão diante da eucaristia.

Pois bem, quando do lançamento em Arari, necessitando ir ao banheiro, a secretária do colégio foi logo recomendando o aparelho sanitário destinado à diretoria e professores.

Agradei a gentileza e fiz questão, até por saudosismo, de usar o banheiro destinado aos alunos, o mesmo que era usado quando estudante do colégio. E até fiz relatos referentes à construção e sua colocação a disposição dos alunos.

Era o ano de 1962, e ainda estudava o primário. O colégio passava por melhoramentos em suas instalações e estrutura física, frutos do auxílio que vinha recebendo do Governo do Estado (gestão Newton Bello), face a aproximação do padre/diretor, líder político de então, ao situacionismo/vitorinismo, que tanto combateu.

E foi nessa leva que o banheiro foi construído, com vasos sanitários, lavatório, mictório, água encanada (bombeada do rio Mearim) e até bebedouro. Um avanço e uma novidade para os padrões da época na cidade.

Essa aproximação se transformou em adesão do sacerdote/político e seus aliados (padristas) ao governo, se afastando, assim, das hostes oposicionistas, sua bandeira de luta, e consequentemente o apoio aos candidatos governistas às eleições parlamentares daquele ano (Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado), que obtiveram expressiva votação no município.

O banheiro passou a ser, então, a menina dos olhos do padre/diretor, tanto que, com os alunos perfilados no pátio do colégio, fazia constantes e incisivas preleções, com recomendações e advertências quanto ao uso e zelo que todos deviam ter, principalmente para que não deixassem sujo ou molhado. Tinha até fiscal/olheiro para delatar o aluno faltoso.

Junho de 1962. Copa do Mundo no Chile. Nesse dia, o Brasil, que já tinha vencido o México e empatado com a Tchecoslováquia, enfrentava a Espanha e não podia perder, senão seria eliminado e frustrado o sonho do bicampeonato. A Espanha formara uma boa equipe, con-

tando até com o extraordinário jogador Puskas, húngaro naturalizado espanhol, que brilhara na copa de 1954, na Suíça, defendendo o seu país de origem, a Hungria, que inclusive derrotou e eliminou o Brasil. Daí a expectativa e o interesse pelo jogo com a seleção espanhola.

Findo o horário escolar, badalado o sino, liberados os alunos, o desejo de todos era sair para acompanhar pelo rádio a narração/transmissão do jogo, que já ocorria em gramados de Viña del Mar. Nessa época não havia transmissão pela TV e no Maranhão sequer havia televisão, o que só ocorreria em 1963, com a inauguração da TV Difusora.

Ansioso estava, pois, determinado aluno, para ouvir/acompanhar a transmissão do jogo, principalmente porque já havia a informação de que o Brasil perdia por 1 x 0 e o 2º tempo prestes a iniciar-se. E foi nesse estado de ansiedade e expectativa por uma virada da seleção canarinho, que, havendo necessidade, ele foi ligeiramente ao banheiro.

Entretanto, já se preparando para deixar a escola, com a pressa necessária para logo acompanhar a transmissão radiofônica, o estudante foi chamado à diretoria, onde já havia uma denúncia de que o banheiro fi-

cara molhado.

Daí que, por determinação do padre/diretor, teve que retornar ao banheiro, para enxugá-lo, e somente assim pode deixar o estabelecimento de ensino, sem argumentação, pois a circunstância causaria a perda de tempo, mas o fiscal/olheiro exagerou, vez que o molhado se resumia a uma insignificante umidade, que logo secaria.

Mesmo com esse contratempo, logo superado, o garoto/estudante "faltoso", já inquieto, ainda acompanhou, para sua alegria, a transmissão radiofônica dos últimos minutos da partida, o suficiente para ouvir a narração dramática e emocionante dos dois gols do Brasil, representativos da virada e vitória, marcados por Amarildo, o substituto do contundido Pelé.

.....
Juiz de Direito
E-mail: marcelinoceverton@ig.com.br

Projetos impulsionam TJ em 2012

Cursos de capacitação e ampliação do Sistema Começar de Novo e do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário estão entre as iniciativas que prometem garantir maior celeridade processual e a melhoria da qualidade dos serviços prestados

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, afirma que alguns projetos a serem implementados este ano vão impulsionar o trabalho do Poder Judiciário em 2012. “Queremos um Judiciário forte e atuante, cumprindo, com eficiência, o seu papel de guardião da sociedade. É um ano de desafios, mas não faltarão investimentos para o aperfeiçoamento da Justiça e a elevação da qualidade da prestação jurisdicional”, disse o desembargador.

De acordo com Guerreiro, além da implantação do processo eletrônico, o Judiciário vai se empenhar em consolidar melhorias estruturais, para a qualidade dos serviços forenses. “As perspectivas para 2012 são muito positivas. Estamos otimistas quanto à concretização dos projetos que irão alavancar a Justiça estadual, incluindo aqueles que representam o aumento da produtividade e avanços nos aspectos humano e social”, assinalou.

Outros desembargadores que exercem cargo de direção na Justiça no estado têm o mesmo entendimento e acreditam que o modelo de gestão do presidente Guerreiro Júnior vai garantir a celeridade processual e a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Justiça à população.

Para o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, mesmo considerando que 2012 é um ano eleitoral – quando há uma sobrecarga maior no trabalho dos magistrados –, as metas de gestão serão atingidas. “O Poder Judiciário está atento às de-

mandas da sociedade e garantirá a presença de magistrados em todas as comarcas do estado, prestando atendimento efetivo aos jurisdicionados. Será um ano produtivo”, afirmou.

A vice-presidente do TJ, desembargadora Maria dos Remédios Buna, também se mostrou otimista. “Em 2012, o Poder Judiciário quer dar respostas mais concretas aos pleitos da sociedade. Temos o compromisso de lutar por uma Justiça mais célere”, salientou.

Os desembargadores Anildes Cruz e Bernardo Rodrigues, respectivamente, presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), afirmam que, por 2012 ser um ano de eleições municipais, a meta é realizar trabalhos que melhorem a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Para isso, querem contar com o engajamento dos juízes estaduais que exercem a função eleitoral, para não só na elaboração do planejamento do pleito eleitoral, como também da sua execução.

Capacitação - O aperfeiçoamento dos magistrados e servidores está incluso também entre as prioridades do Judiciário para este ano. De acordo com o diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmam), desembargador Marcelo Carvalho Silva, uma vasta programação de cursos foi elaborada pela instituição com o objetivo de garantir o aprimoramento profissional dos membros do Judiciário.

“Temos várias iniciativas de grande alcance voltadas para o

aperfeiçoamento de magistrados e servidores, com destaque para o curso de Especialização em Gestão Pública, que está sendo oferecido gratuitamente a todos os funcionários de nível superior estáveis ou efetivos do Poder Judiciário”, informou Marcelo Carvalho Silva. O curso é o resultado de um convênio com a Universidade Federal do Maranhão e vai beneficiar diretamente 320 servidores.

Sistema carcerário – O trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça no sistema carcerário ganhará mais reforço em 2012, com a intensificação das ações para promover a capacitação de apenados.

Segundo o coordenador nacional do Sistema Começar de Novo e do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, desembargador Fróz Sobrinho, a Justiça deverá ser aplicada com uma visão mais social e um amplo programa de capacitação será executado para a reinserção de egressos do sistema carcerário na sociedade e no mercado de trabalho. “Nosso objetivo é viabilizar um amplo programa de capacitação com o apoio do Sebrae, Sesi, Senai e outras instituições”, explicou Sobrinho.

Divulgação



Binê Moraes



Presidente do TJ, Guerreiro Júnior, e o corregedor-geral Cleones Cunha acreditam em melhorias no TJ

“ O Poder Judiciário quer dar respostas mais concretas aos pleitos da sociedade. Temos o compromisso de lutar por uma Justiça mais célere”

Maria dos Remédios Buna,
vice-presidente do TJ

Seminário tratará de Código de Licitações e Contratos

Seminário de Elaboração do Código de Licitação e Contratos acontecerá na quarta (26) e quinta-feira (27), no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana

O Maranhão ganhará em breve um novo Código de Licitações e Contratos. O documento, ainda na forma de anteprojeto de Lei, será apresentado pelo Governo do Estado, por meio da Comissão Central de Licitação (CCL), durante o Seminário de Elaboração do Código de Licitação e Contratos, que acontecerá na quarta (26) e quinta-feira (27), das 8h às 17h, na Sala Tereziinha Jansen, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana.

O anteprojeto de Lei, que abrange os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tem elaboração do professor Jorge Ulisses Ja-

coby Fernandes, uma das maiores autoridades do Brasil no tema, reconhecido pela competência e experiência, com 19 obras sobre o assunto. O texto se baseia na competência que os estados têm de adaptar à sua realidade a Lei Federal de Licitações e Contratos (nº 8.666, de 21 de junho de 1993).

“O Código garantirá mais eficiência e razoabilidade nas situações rotineiras em que seja demandada celeridade no decidir, beneficiando o contratado e o colaborador da administração pública, que terá a segurança necessária à prevenção de equívocos diversos, presentes no dia a dia”, afir-

mou o presidente da CCL, Francisco Baptista Ferreira.

Anteprojeto - Entre as melhorias propostas pelo anteprojeto estão a redução das modalidades de licitação para apenas quatro; a mudança de paradigma da menor proposta para a melhor proposta; e a regulação dos sistemas auxiliares da licitação, isto é, o Sistema de Registros de Preços, o Credenciamento e a Pré-qualificação, que são amplamente utilizados, mas não têm regulamentação.

O Seminário, de acordo com Francisco Baptista, será uma primeira etapa de aprimoramento

do Código e precederá a discussão no Poder Legislativo. Participarão representantes das secretarias de Estado do Maranhão, Comissões Setoriais de Licitação, Auditoria, Procuradoria Geral, Corregedoria, Poder Judiciário e Legislativo, Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas da União (TCU).

O código oferecerá a compilação, em fonte única de regulamentação, da matéria referente a compras públicas, de modo coerente e articulado. Na visão de Francisco Baptista, o trabalho realizado pela CCL ganhará novo fôlego com o documento.

Primeiro regimento

O Tribunal de Justiça do Maranhão tem fortes razões para festejar este ano uma efeméride especial.

Os 200 anos do primeiro Regimento do Tribunal de Relação, cujo ordenamento ocorreu no dia 5 de maio de 1812 e foi outorgado por Dom João VI.

Afirma o historiador Milson Coutinho que o Regimento do Maranhão foi copiado do regimento da Bahia e no seu contexto explica os tipos de recursos a serem interpostos e os alvarás que devem ser observados.

CNJ destaca em relatório a atuação da Defensoria Pública do Estado em mutirão

De acordo com o defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, números produzidos no 3º Mutirão Carcerário confirmam avaliação do Conselho Nacional de Justiça

A atuação da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no 3º Mutirão Carcerário foi destacada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relatório produzido pelo coordenador dos trabalhos no Maranhão, o juiz Eder Jorge. Segundo o magistrado, durante o mutirão, foi notável a atuação da Defensoria Pública.

Para o defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, o reconhecimento do CNJ pode ser confirmado pelos números produzidos nos últimos três anos. No primeiro mutirão, foram analisados, pelos defensores, 1.345 processos. No segundo, 1.341. E no terceiro, que teve a mais curta duração de todos (17 de março a 29 de abril de 2011), foram analisados, pela Defensoria Pública, 2.805 processos.

A corregedora da DPE/MA, Fabíola Barros, ressaltou que a Defensoria analisou todos os processos que lhes foram distribuídos rigorosamente dentro do prazo estabelecido para a finalização do mutirão.

"O empenho dos defensores designados para trabalhar no mutirão demonstrou o compromisso desses profissionais não só no cumprimento das metas estabelecidas, mas, acima de tudo, com a qualidade técnica dos pedidos formulados em favor dos apenados",



Divulgação

Corregedora da DPE, Fabíola Barros, destacou trabalho dos defensores

destacou.

Apesar do número reduzido de defensores, Eder Jorge enfatizou o esforço da DPE/MA na expansão dos seus serviços para o interior, ao lembrar que a Defensoria Pública do Maranhão vem prestando relevantes serviços à população carente, em especial aos detentos do estado.

Convênios - O coordenador do 3º Mutirão Carcerário citou alguns convênios celebrados entre a Defensoria Pública e demais órgãos públicos, entre eles o que vem garantindo a execu-

ção do Projeto de Assistência Jurídica e Integral Gratuita aos Presos e Familiares, celebrado com o Ministério da Justiça.

Também foi mencionado pelo juiz o projeto de fortalecimento da atuação da Defensoria Pública no acompanhamento da execução da pena privativa de liberdade no Maranhão, que tem como objetivo a ampliação e a estruturação dos núcleos de execução penal nas cidades de Timon e Pedreiras, bem como a ampliação e estruturação do Núcleo de Execução Penal da Capital.

“

Em meio a tantas adversidades encontradas no Maranhão, ver a dedicação e eficiência da Defensoria Pública para com o Mutirão Carcerário foi um alento”.

Eder Jorge, juiz

O documento do CNJ destacou também o trabalho desenvolvido pela instituição de verificar a situação jurídica de cada interno das unidades prisionais do estado. Em algumas delas, situadas na capital, este levantamento já foi realizado, devendo se estender também para as comarcas do interior.

Falta completar

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Guerreiro Júnior, só vai oficializar a abertura das três vagas de desembargador, criadas em 2009 pela Assembleia Legislativa, quando concluir o processo de ampliação das câmaras cíveis, que passarão de quatro para cinco. Ele vai levar o projeto ao Legislativo.

A um passo do TJ Indiciado

Duas vagas na corte serão ocupadas por juízes – uma por antiguidade e outra por merecimento. A terceira caberá à seccional maranhense da OAB indicar. Pelo critério de antiguidade, está na vez o juiz Vicente de Paula Gomes de Castro, da Auditoria da Justiça Militar. Por merecimento, Luiz Gonzaga já teve duas indicações para o TJ, se tiver outra, será o desembargador.

Por pilantragem e extorsão, o 'hacker' e estelionatário Paulo Ferreira Araújo foi indiciado pelo delegado Carlos Alberto Damasceno. Ele é acusado de maquinar o assassinato de uma juíza e dois tabeliães. Ao depor, citou o juiz Luiz de França Belchior, que o teria contratado para "hackear" o desembargador Bayma Araújo. Belchior desmentiu o estelionatário, dizendo que mantém com Bayma e o colega Luiz Gonzaga a "mais alta estima, consideração e apreço".



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20
(VINTE) DIAS**

PROCESSO Nº: 18827-23.2011.8.10.0001

DENOMINAÇÃO: NOTIFICAÇÃO

PARTE(S) REQUERENTE (S): OREGON INCORPORAÇÕES E
CONSTRUÇÕES LTDA E OUTRO

PARTE(S) REQUERIDA (S): ANTONIO LUIZ SILVA DE MELO

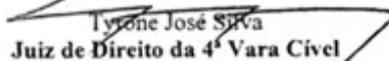
O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **ANTONIO LUIZ SILVA DE MELO**, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Fica advertida o suplicado de que, se não apresentar defesa no prazo legal, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, *ex vi* do art. 285 do Código de Processo Civil, sendo que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 31 de outubro de 2011


Tyrone José Silva
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

❖❖ Os carros do TJ tinham um adesivo que dizia: "Como Estou Dirigindo? Do lado, estava o telefone para contato: 2107-9514!!! Um leitor fez questão de fazer a lembrança porque, dias atrás, um veículo daquele poder passou com uma velocidade tremenda em frente a um supermercado, ele ligou para o número e a pessoa que atendeu falou que não podia acatar a denúncia por não saber da placa do carro!!! E, para sua surpresa, o leitor ficou sabendo que mandaram retirar os adesivos, decisão que pode ter sido do chefe de transportes da casa sem o chefe maior saber, conforme supõe o leitor!!!

SUPREMO NÃO VÊ ELEMENTOS PARA DAR LIMINAR À CPI CONTRA JOÃO CASTELO

PÁGINA 3

Supremo não vê elementos para dar liminar à CPI contra Castelo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, segundo postagem de notícia no site da Corte (www.stf.jus.br), ponderou que não há nos autos “situação de urgência que justifique a tomada de uma decisão sem estabelecimento de contraditório mínimo e vista dos autos à Procuradoria-Geral da República” em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura supostas irregularidades em convênios celebrados entre o Estado do Maranhão e o município de São Luís. “Não é caso de liminar”, concluiu Peluso. A CPI foi suspensa por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça maranhense (TJ-MA) em um mandado de segurança impetrado pelo município de São Luís.

Em sua decisão, a desembargadora Anildes Cruz suspendeu a CPI e anulou as provas colhidas sob os argumentos de que não há fato certo e determinado para a instalação da CPI e que a Assembleia Legislativa não detém competência para investigar a celebração, execução e destinação de repasses dos convênios, além de que a quebra de sigilo ocorrida foi imotivada. Segundo notícia publicada na sexta-feira (20) no site do Supremo, o tribunal pediu informações ao município de São Luís nos autos da Suspensão de Segurança (SS) 4562. Após ser intimado, o município deverá prestar informações à Corte no prazo de cinco dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da comunicação. Com ou sem a apre-

sentação desse documento, exaurido o prazo, o processo deverá ser encaminhado para a Procuradoria-Geral da República para manifestação. Com esse despacho, o STF, na verdade, mantém a suspensão da CPI, conforme liminar anteriormente concedida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da desembargadora Anildes Cruz, relatora do mandado de segurança Nº 269/2012, impetrado pelo município de São Luís. Com a decisão, o processo seguirá o seu trâmite normal, com a intimação do município para apresentar a sua versão dos fatos e, após, será ouvida a Procuradoria Geral da República para oferecimento de parecer. Em suma, a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão continua em vigor e a CPI permanece suspensa.

A petição

Ao protelar o julgamento do processo de cassação da governadora Roseana Sarney (PMDB), a coligação que a elegeu revela o temor factual de que a Justiça, desta vez, conduza o processo dentro da legalidade, o que parece não ter acontecido no que tange à cassação do falecido governador Jackson Lago (PDT).

Roseana não tem como explicar a celebração de R\$ 1 bilhão em convênios, assim como não tem como explicar o pagamento de contas de água e luz de bairros inteiros durante a campanha, ou a farta distribuição de remédios da farmácia do estado em troca de votos por uma médica fantasiada de cabo eleitoral.

Algumas coisas são inerentes à dignidade da Justiça e uma delas é o conflito de interesses que leva juízes a se considerarem impedidos de atuar em determinados processos. Se o juiz Sérgio Muniz é filho do subsecretário da Casa Civil do governo Roseana, Antonio José Muniz, não pode, em hipótese alguma, atuar nesse processo.

A petição com a qual pretendem afastar o juiz Nelson Loureiro da realização da audiência marcada para o dia 27 de janeiro, com a finalidade de ouvir as testemunhas de defesa da governadora, é meramente protelatória e atende à mesma procrastinação que livrou Roseana de ser cassada em outras oportunidades. Sem contar o paradoxo de que esse é um raro caso em que o réu não quer que suas testemunhas de defesa sejam ouvidas.

Vice-governador do estado e, portanto, incurso na mesma ação impetra pelo ex-governador José Reinaldo Tavares, Washington Luiz Oliveira pretende que o julgamento de sua cassação aconteça na Casa Civil, e não nos tribunais. O filho do seu funcionário, Sérgio Muniz, que por sinal já devolveu o mesmo processo ao TSE, depois de dois meses, sem nenhum despacho, é quem deve dizer se Roseana continua governadora, Washington vice e seu pai subsecretário da Casa Civil. "Melhor do que isso, só dois disso".

A petição não passa, portanto, de uma tentativa de fraudar a Justiça, empurrando para lá do depois uma decisão que deve ser tomada antes que seja extinto o atual mandato de Roseana Sarney.

Arvorando-se contínuas vezes de mentor da Justiça, o velho Sarney sabe o caminho das pedras e fará de tudo para que esse processo não caia nas mãos de um juiz independente, não sujeito ao tráfico de influência.

Escolhido por Sarney candidato a prefeito de São Luís, Washington Oliveira aprendeu rápido. Essa petição é de uma sordidez singular, pois pretende conferir privilégios jurídicos aos acusados ou suspeitos em detrimento da sociedade ofendida pelos crimes – o povo do Maranhão.

Sem consistência, pastosa, salgada, com gosto de urtiga e servida com toras de sapos, a petição é um troço bem difícil de o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão engolir. *(IM Cunha Santos)*